

PROJETO DE LEI Nº 065/2025, DE 10 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL DO REGIME PRÓPRIO
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NESTOR RUBEM ELLWANGER, Prefeito Municipal de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Título I
Das Disposições Preliminares e Dos Objetivos

Art. 1º Fica reestruturado, nos termos desta Lei, a organização do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos Servidores Efetivos do Município, de que trata o art. 40 da Constituição Federal.

§ 1º Para operar os planos de custeio e benefícios do RPPS, observados os critérios estabelecidos nesta Lei, fica criado, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, o Fundo de Previdência Social do Município – FPSM.

§ 2º Caberá ao Chefe do Poder Executivo a gestão do FPSM, bem como a emissão dos atos necessários à concessão dos benefícios cobertos pelo RPPS.

Título II
Da Organização da Unidade Gestora

Capítulo I
Dos Colegiados

Seção I
Do Conselho Municipal de Previdência

Art. 2º Fica instituído o Conselho Municipal de Previdência – CMP, órgão de deliberação colegiada, com a seguinte composição:

I – 03 (três) servidores representantes do Poder Executivo;

II – 01 (um) servidor representante do Poder Legislativo;

III – 03 (três) servidores representantes dos servidores ativos;

IV – 01 (um) representante dos servidores inativos.

§1º Cada membro, necessariamente segurado do RPPS e que não exerça, no município, o mandato de vereador, terá um suplente, também segurado, e serão nomeados pelo Prefeito para um mandato de 04 (quatro) anos, admitidas reconduções por iguais períodos.

§2º Os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo serão indicados pelos chefes dos próprios poderes, e os representantes dos servidores ativos e inativos por assembleia geral especialmente convocada para esse fim, a ser definida pelo Poder Executivo.

§3º Os membros do CMP não serão destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em 03 (três) reuniões consecutivas ou em 04 (quatro) intercaladas no mesmo ano.

§4º A presidência do CMP será exercida por um dos seus membros, escolhido pelo conjunto dos conselheiros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução por igual período, sendo este o representante legal da unidade gestora.

§ 5º Os membros do Conselho Municipal de Previdência receberão jeton mensal equivalente a

167% do presidente, 109% do secretário e 45% para os demais conselheiros do menor padrão de vencimento do quadro geral dos servidores efetivos, pagos com recursos da taxa de administração.

§ 6º Em caso de não comparecimento na reunião ordinária, o conselheiro não terá direito ao jeton especificado no § 5º, sendo pago ao seu suplente, caso presente na reunião.

§ 7º Os integrantes do Conselho Municipal de Previdência elencados nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo deverão obter a respectiva certificação profissional, de acordo com a legislação federal, como condição de recebimento do jeton de que trata o § 5º deste artigo.

Art. 3º Compete ao CMP:

I - estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do FPSM;

II - apreciar e sugerir em relação à proposta orçamentária do FPSM;

III - sugerir em relação à estrutura administrativa, financeira e técnica do FPSM;

IV - acompanhar, avaliar e sugerir em relação à gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do FPSM;

V - examinar e emitir parecer sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;

VI - opinar sobre a contratação de empresas especializadas para a realização de auditorias contábeis e estudos atuariais ou financeiros;

VII - opinar sobre a alienação de bens imóveis e o gravame daqueles já integrantes do patrimônio do FPSM;

VIII - opinar sobre a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes;

IX - opinar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;

X - sugerir e adotar, quando de sua competência, as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do FPSM;

XI - acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao RPPS;

XII - apreciar a prestação de contas anual;

XIII - solicitar a elaboração de estudos e pareceres técnicos relativos a aspectos atuariais, jurídicos, financeiros e organizacionais relativos a assuntos de sua competência;

XIV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FPSM, nas matérias de sua competência;

XV - deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao FPSM; e

XVI - manifestar-se em projetos de lei de acordos de composição de débitos previdenciários do Município para com o FPSM.

Art. 4º O CMP reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente ou por, pelo menos, quatro de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias.

§ 1º As reuniões serão realizadas fora do horário do expediente, podendo ser na modalidade presencial ou *on line*.

§ 2º Das reuniões do CMP serão lavradas atas em livro próprio.

Art. 5º As decisões do CMP serão tomadas por maioria, exigido o quorum mínimo de cinco membros.

Parágrafo único. O voto do presidente decidirá os casos de empate.

Art. 6º Incumbirá à Secretaria Municipal de Administração proporcionar ao CMP os meios necessários ao exercício de suas competências.

Seção II

Do Conselho Fiscal

Art. 7º Fica instituído o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, órgão de fiscalização interna do RPPS, composto por 03 (três) membros, sendo:

I – 01 (um) servidor representante do Poder Executivo;

II – 02 (dois) servidores representantes dos servidores ativos e inativos.

§1º Cada membro, necessariamente segurado do RPPS e que não exerça, no município, o mandato de vereador, terá um suplente, também segurado, e serão nomeados pelo prefeito para um mandato de 04 (quatro) anos, admitidas reconduções por iguais períodos.

§2º O representante do Executivo será indicado pelo chefe do Executivo e os representantes dos servidores ativos e dos inativos por assembleia geral especialmente convocada para esse fim.

§3º Os membros do Conselho Fiscal não serão destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em 03 (três) reuniões consecutivas ou em 04 (quatro) intercaladas no mesmo ano.

§4º Os membros do Conselho Fiscal receberão jeton mensal equivalente a 45% do menor padrão de vencimentos do quadro geral de servidores efetivos para o presidente e 23% desta mesma referência para os demais, com recursos da taxa de administração, reajustado na mesma data e índice de acordo com o percentual concedido aos servidores do quadro geral.

§ 5º Todos os integrantes do Conselho Fiscal deverão obter a respectiva certificação profissional, de acordo com a legislação federal, como condição de recebimento do jeton de que trata o § 4º deste artigo.

§6º A Presidência do Conselho Fiscal será exercida por um dos seus membros, escolhido pelo conjunto dos conselheiros, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 8º Compete ao Conselho Fiscal:

I - Fiscalizar os atos da Unidade Gestora e verificar o cumprimento de seus deveres legais e regulamentares;

II - Opinar sobre os orçamentos e balanços do RPPS, fazendo constar de parecer as informações complementares que forem julgadas necessárias ou recomendáveis às deliberações do Conselho Municipal de Previdência;

III - Manifestar-se sobre os relatórios exarados pela Unidade Gestora e do Comitê de Investimentos;

IV - Examinar todas as contas, escrituração, documentos, registros contábeis e demais papéis do RPPS, suas operações e demais atos praticados pela Unidade Gestora e Comitê de Investimentos, devendo ser emitidos relatório circunstanciado, e submetido ao Conselho Municipal de Previdência para avaliação e apreciação;

V - Examinar os resultados gerais do exercício e proposta orçamentária para o subsequente, sobre eles emitindo pareceres;

VI - Praticar todos os demais atos de fiscalização que forem julgados necessários ou recomendáveis, para o fiel desempenho de suas atribuições e competências.

Art. 9º O Conselho Fiscal terá funcionamento permanente, reunindo-se ordinariamente a cada mês, e, extraordinariamente, sempre que solicitado pelos demais órgãos da entidade, aplicando-se, no pertinente, as disposições regedoras das reuniões do Conselho Municipal de Previdência, no que couber.

§ 1º As reuniões serão realizadas fora do horário do expediente, podendo ser na modalidade presencial ou *on line*.

§ 2º Das reuniões do CMP, serão lavradas atas em livro próprio.

Seção III

Do Comitê de Investimentos

Art. 10 Fica instituído o Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, órgão de caráter opinativo e consultivo, auxiliando na tomada das decisões acerca dos investimentos, compreendido dentro da estrutura do FPSM, que norteará os investimentos do Regime Próprio de Previdência.

§1º O Comitê de Investimentos será formado por 02 (dois) servidores integrantes do Conselho Municipal de Previdência, o Gestor de Recursos e o Presidente do Conselho Fiscal, como membros natos, nomeados pelo chefe do poder executivo, devidamente certificados de acordo com o regramento federal.

§2º Os membros do Comitê de Investimento terão garantia de acesso a todas as informações relativas aos processos de investimento de recursos do RPPS, possuindo as atribuições de:

I - acompanhar, avaliar e elaborar a política anual de investimentos do Regime Próprio de Previdência, podendo sugerir adequação, as quais submeterá ao Conselho Municipal de Previdência;

II - avaliar as operações relativas aos investimentos;

III - acompanhar as aplicações dos recursos, verificando sua adequação à política de investimentos e às normas e regulamentos vigentes.

§3º O Conselho Municipal de Previdência será devidamente cientificado quanto às decisões de investimentos, opinando subsidiariamente em questões de gestão financeira.

§4º As reuniões do Comitê de Investimentos serão ao menos uma reunião mensal, de caráter ordinário, e reuniões extraordinárias sempre que necessário.

Capítulo II Do Setor de Previdência

Seção I Gestor de Recursos

Art. 11 Fica instituída a função de Gestor de Recursos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, de caráter deliberativo compreendido dentro da estrutura do FPSM, que responsabilizar-se-á pela execução da política anual de investimentos do Regime Próprio de Previdência.

Art. 12 O Gestor de Investimentos do FPSM será indicado e nomeado pelo Chefe do Executivo Municipal e terá um mandato de 04 (quatro) anos, admitidas reconduções por iguais períodos.

Art. 13 Ao Gestor de Recursos compete:

I - formular as políticas de gestão dos recursos;

II - zelar pela execução da programação econômico-financeira dos valores patrimoniais;

III - avaliar propostas, submetendo-as aos órgãos competentes para deliberação;

IV - analisar os cenários macroeconômicos, observando os possíveis reflexos no patrimônio;

V - propor estratégias de investimentos para um determinado período;

VI - reavaliar estratégias de investimento em decorrência de fatos conjunturais relevantes;

VII - fornecer subsídios para a elaboração ou alteração de política de investimento; e

VIII - acompanhar a execução da política de investimentos

Art. 14 O servidor designado para exercer a atividade de Gestor de Recursos perceberá jeton equivalente a 167% do menor padrão de vencimento do quadro geral dos servidores efetivos.

Título III Das Movimentações e Aplicações Financeiras

Art. 15 As despesas e movimentação das contas bancárias do FPSM serão autorizadas em conjunto pelo presidente do Conselho Municipal de Previdência e pelo Prefeito ou por Secretário Municipal com delegação expressa.

Título IV Das Disposições Gerais

Art. 16 Os integrantes da unidade gestora mencionados nos artigos 2º, 7º, 10 e 11 deverão observar os seguintes requisitos mínimos, como condição de posse e permanência nas funções:

I – não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Federal Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;

II – possuir certificação, por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função, nos termos definidos por legislação federal.

§ 1º Para o Gestor de Recursos, além dos requisitos elencados nos incisos I e II do *caput*, deverão ter formação superior e comprovar experiência mínima de 02 (dois) anos de exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria.

§ 2º O requisito elencado no item II do *caput* é condição prévia à posse para o Gestor de Recursos e para todos os membros do Comitê de Investimentos.

Art. 17. Poderá ser designado servidor integrante do quadro efetivo para desempenhar atribuições na Unidade Gestora, em regime de dedicação exclusiva. O servidor nessas condições fará jus a um jeton mensal equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento) do menor padrão de vencimento do quadro geral dos servidores efetivos.

§ 1º O jeton mencionado no *caput* será pago com recursos da taxa de administração e reajustado anualmente, na mesma data e no mesmo percentual da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores do quadro geral.

§ 2º Como condição prévia para assumir as funções em regime de dedicação exclusiva na Unidade Gestora, o servidor deverá possuir formação de nível superior nas áreas de Direito, Administração ou Ciências Contábeis, além de comprovar experiência mínima de 2 (dois) anos em atividades relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Título V Das Disposições Finais

Art. 18 O Presidente do Conselho Municipal de Previdência, e os integrantes do Conselho Municipal de Previdência, do Conselho Fiscal e Gestor de Recursos terão assegurados seus mandatos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Parágrafo Único. Os integrantes do Comitê de Investimentos passarão a ter mandato por prazo indeterminado, inclusive para os atuais.

Art. 19 Esta lei entra em vigor a contar da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA,
10 de junho de 2025.

NESTOR RUBEM ELLWANGER
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

Trata a presente proposta de edição de lei tratando da organização do Regime Próprio de Previdência Social do Município.

Em decorrência da segregação da legislação previdenciária municipal em três diplomas – plano de custeio, plano de benefícios e organização do RPPS –, faz-se necessária a edição da presente proposta, com o intuito de compilar a organização do RPPS que será administrado através do Conselho Municipal de Previdência, e como órgãos auxiliares o Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos, juntamente com o Gestor de Recursos.

Manteve-se a atual composição dos integrantes da Unidade Gestora, dentro do projeto proposto.

Diante do exposto, Senhora Presidente e demais pares dessa Casa, solicitamos que o presente projeto de lei seja apreciado e aprovado, em caráter de urgência, para que as alterações propostas sejam legitimadas.

É a justificativa.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA,

10 de junho de 2025.

NESTOR RUBEM ELLWANGER

Prefeito Municipal